

Sem mais, a reunião foi encerrada.

Alvaro Alves Nôga
Desembargador Presidente da Comissão

Permanente de Acessibilidade e Inclusão

SEÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Em 22 de novembro de 2019, às dez horas, na sala de reuniões da Unidade Administrativa I, do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, localizada no andar Mezanino do Edifício Millenium, à Avenida Marquês de São Vicente, 121, Barra Funda, reuniram-se sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga, a Exma. Sra. Juíza Regina Celi Vieira Ferro; e os servidores: Aline Maria de Castro Silva Rossi, Claudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Ferrari Kovács, Daniela Louise da Serra Ogata, Debora Forlin Granja, Dulcinéia Lima de Jesus Figueiredo, Eduardo Antônio Engholm Cardoso (representado por Karla Méa Marcos Pereira), Gabriel Pio de Paula, Gilda Garcia (representada por Adriana Karina Gusmão Mendes de Andrade), Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, Jorge Costa Silva, José Renato das Graças Amaral, Ludmilla Cavarzere de Oliveira, Luis Carlos de Paula Reseck, Luiz Felipe Furtado Fernandes, Marcelo Tiba Nakamura, Odair Pinto de Oliveira, Rodrigo Lopes Nabarreto, Ronaldo Prado Amorosino, Thaísa Carla Santos do Nascimento e Vanessa Spadotto Alves. Presente a servidora convidada: Daniela Vilaça Castagna (representando Leandra Maria Leal de Sant'Anna). Presente a servidora da Seção de Acessibilidade e Inclusão Thais Tie Myasaki e o aprendiz Bruno da Silva Porto.

Ausentes, justificadamente, a Exma. Sra. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, a Exma. Sra. Juíza Vanda Ferreira da Cruz, o Exmo. Sr. Juiz Milton Amadeu Junior; e os servidores: Alexandre Aguenta Arakaki, Eliana Maiellaro, Katia Regina Cezar, Marcus Vinícius da Silva Batista, Narjara Jacó da Silva e Silva, Rogério Campos dos Santos, Vera Lucia de Oliveira Aguiar; e os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ingrid Sotanyi, Luiz Fernando de Paula Pereira e Syrgéia Magdalena.

O Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga deu início aos trabalhos e, como de costume, solicitou que cada pessoa se apresentasse aos demais, informando nome e lotação, devido ao ingresso de novos membros e a presença de servidores convidados, configurando-se esta atitude uma boa prática de acessibilidade à comunicação, vez que tal conduta inclusiva possibilita às pessoas com deficiência visual a identificação do posicionamento dos demais participantes da reunião. Concluída a apresentação, foram discutidos os seguintes assuntos:

- 1) Informou-se sobre os novos casos de reversão de aposentadoria por invalidez de servidores que buscaram a Seção de Acessibilidade e Inclusão, esclarecendo-se que estes foram inseridos na relação de pessoas com deficiência por orientação da Secretaria de Saúde.
- 2) Discutiu-se sobre o horário de expediente dos aprendizes com deficiência intelectual que laboram no E. TRT-2, observando-se a regra do caput do artigo 432 da CLT e o contrato entre os aprendizes e a APAE-SP, definindo-se que eventual flexibilidade do horário de início ou de término, poderá ser prevista no contrato individual de cada aprendiz com a APAE, respeitando-se sempre a jornada de seis horas diárias de trabalho.
- 3) Solicitou-se a adequação do formulário de licença para acompanhamento de familiar, dentre outros protocolos disponibilizados com o uso de tabelas no sistema PROAD, vez que esse layout apresenta barreiras de acessibilidade que dificultam o preenchimento das informações por parte das pessoas com deficiência visual, usuárias de software leitor de telas.
- 4) Os membros da Comissão foram cientificados sobre os pedidos de aquisição de recursos de tecnologia assistiva:
 - a) Monitores maiores;
 - b) Atualização de vinte licenças do software leitor de telas Jaws.
- 5) Relatou-se a realização do curso presencial de Audiodescrição, com 20 horas-aula de duração, ministrado de 11 a 13 de novembro de 2019, pela empresa Ver Com Palavras.
- 6) Cuidou-se da solicitação de servidor com deficiência visual, lotado no Fórum Trabalhista de Jandira, referente ao pedido de auxílio, direcionado à Secretaria de Segurança Institucional, para conduzi-lo ao ponto de ônibus e embarcá-lo no veículo, pois a região carece de condições adequadas de acessibilidade urbanística, decidindo-se que a Secretaria de Segurança Institucional verificará a possibilidade de lotação de um servidor do quadro próprio do Tribunal naquela unidade, tendo em vista o noticiado impedimento legal do funcionário terceirizado se ausentar do posto de trabalho.
- 7) Tratou-se da sugestão da servidora Clélia Merloni de Almeida concernente à elaboração de vídeos curtos com instruções em Libras a serem veiculados na intranet, bem como nas TRTVs disponíveis nos elevadores e nas salas de espera de audiências e sessões, definindo-se verificar junto ao Metrô de São Paulo a viabilidade de compartilhar com esta Corte a mídia utilizada nos canais de comunicação daquela empresa.
- 8) Esclareceu-se sobre a necessidade de continuidade dos cursos presenciais de Libras em 2020, para atendimento da meta estabelecida na Resolução nº. 218/2018 do C. Conselho Superior da Justiça do Trabalho e na Resolução nº 230/2016 do C. Conselho Nacional de Justiça,

destacando-se:

- a) Auxílio da Ejud2, ante a falta de orçamento da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão;
- b) Marcação de reunião específica destinada à elaboração de ETP e TR visando à contratação de empresa para ministrar curso de Libras.

Sem mais, a reunião foi encerrada.

ALVARO ALVES NÔGA

Desembargador Presidente da Comissão
Permanente de Acessibilidade e Inclusão

ÍNDICE

Presidência do Tribunal	1		
Aviso/Comunicado	1		
Aviso/Comunicado Presidência	1		
Portaria	2		
Portarias Presidência	2		
Portarias Presidência/Corregedoria	4		
		Corregedoria Regional	4
		Portaria	4
		Portarias Corregedoria Regional	4
		Secretaria de Gestão de Pessoas	5